



A PNASTP

ValdemiraTavares

O PFNGIRH

Chicher Diogo

Acções estratégicas do plano de implementação GIRH e relatório

II WORKSHOP PARA REVISÃO E APROVAÇÃO DAS ACÇÕES ESTRATÉGICAS DO PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS (GIRH) EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (FINANCIAMENTO, CRONOGRAMA E MECANISMO DE COORDENAÇÃO E MONITORAMENTO) NO HORIZONTE 2030



São Tomé, Dezembro de 2019

ÍNDICE

ABREVIATURAS E SIGLAS	iii
PREFÁCIO.....	iv
SUMÁRIO EXECUTIVO	v
1. INTRODUÇÃO	1
2.1. OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	3
3. RESULTADOS ESPERADOS	3
4. PARTICIPANTES	4
5. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA.....	4
6. DESENVOLVIMENTO	5
6.1. ACÇÕES PRELIMINARES.....	5
6.2. ACÇÕES DESENVOLVIDAS DURANTE O WORKSHOP	8
6.2.1. CERIMÓNIA DE ABERTURA.....	8
6.2.2. APRESENTAÇÃO DAS ACÇÕES DESENVOLVIDAS NO II WORKSHOP	10
7. CONCLUSÕES	11
7.1. AVALIAÇÃO DOS QUATRO EIXOS OU SECÇÃO DA MATRIZ DE PONTUAÇÃO DO GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NO HORIZONTE 2030.	13
8. RECOMENDAÇÕES	17
ANEXOS	19
Anexo 1- Tabela das instituições presentes no Workshop.....	19
Anexo 2 - Tabela das organizações presentes no Workshop.....	20
Anexo 3 - Fotos	20
Anexo 4- Lista de Participantes.....	21
Anexo 5 – Programa do workshop e Tabelas actualizadas.....	21
Anexo 6 – <i>Reportagem do evento</i>	21

ABREVIATURAS E SIGLAS

CDAG	Camara Distrital de Água Grande
CDC	Camara Distrital de Cantagalo
CDLe	Camara Distrital de Lobata
CDLo	Camara Distrital de Lembá
CDM	Camara Distrital de Mé-Zóchi
DADR	Direcção de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DDAAA	Direcção de Descentralização, Assessoria e Apoio as Autarquias
DCS	Direcção dos Cuidados de Saúde
DFB	Direcção de Florestas e da Biodiversidade
DGA	Direcção Geral do Ambiente
DGRNE	Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia
DO	Direcção do Orçamento
DP	Direcção do Planeamento
EMAE	Empresa de Água e Electricidade
GEPEP	Gabinete de Estudos Planeamento e Empresas Públicas
GIRH	Gestão Integrada dos Recursos Hídricos
GWP	Global Water Partnership
GR	Governo Regional
INIC	Instituto de Inovação e Conhecimento
INPG	Instituto Nacional de Promoção de Igualdade e Equidade de Género
INM	Instituto Nacional de Meteorologia
MAPDR	Ministério de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural
MAPPCM	Ministério dos Assuntos Parlamentares e Presidência do Conselho de Ministros
MPFEA	Ministério de Planeamento, Finanças e Economia Azul
MOPIRNA	Ministério das Obras Públicas, Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente
ODS	Objectivo de Desenvolvimento Sustentável
OGE	Orçamento Geral do Estado
PEID	Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento
PFNGIRH	Ponto Focal Nacional da GIRH
PNASTP	Parceria Nacional de Água de São Tomé e Príncipe
PNUA	Programa das Nações Unidas para o Ambiente
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PREFÁCIO

O desenvolvimento sustentável refere-se a um modo de desenvolvimento capaz de responder às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de crescimento das gerações futuras. Visa melhorar as condições de vida dos indivíduos, preservando simultaneamente o meio envolvente a curto, médio e, sobretudo, longo prazo. O mesmo comporta um triplo objectivo: um desenvolvimento economicamente eficaz, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável.

Em conformidade com os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pode-se agrupá-los em quatro principais dimensões, sendo: Social; Ambiental; Económica e Institucional.

Dentre os mesmos, destaca-se o Sexto que define o acesso a água de qualidade e melhores condições de saneamento para todos até 2030. Neste mesmo ODS o seu indicador 6.5.1 estabelece a adopção da **Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH)** como uma das metas que os países devem alcançar até o ano de 2030.

A Gestão Integrada dos Recursos Hídricos constitui um tema incontornável na moderna governação das sociedades, pois espera-se que os Estados de forma individual e colectiva contribuam para o desenvolvimento sustentável da humanidade.

Atendendo ao facto de que a água desempenha um papel central para o crescimento socio-económico, ambiental dos países, a correcta gestão dos recursos hídricos torna-se uma componente fundamental na criação de bases necessárias para o cumprimento do ODS6.

A referida gestão de recursos hídricos centra-se essencialmente na implementação de medidas para encontrar o equilíbrio entre a disponibilidade de

água e as demandas sem perder de vista a necessidade da manutenção do equilíbrio e funcionamento regular dos ecossistemas ribeirinhos e associados.

SUMÁRIO EXECUTIVO

São Tomé e Príncipe é constituído por duas Ilhas Principais, a ilha do São Tomé e a ilha do Príncipe, a que se juntam um conjunto de ilhéus que perfazem a totalidade dos 1001 km² deste Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID). O país é conhecido pela grande abundância dos seus recursos hídricos, mas que devido a sua grande variabilidade temporal e espacial não são suficientes ou disponíveis em todos momentos e locais onde são necessários. Esta variabilidade que será exacerbada pelos efeitos das alterações climáticas coloca um desafio na sua gestão criteriosa.

Segundo o Plano Global de Desenvolvimento de Recursos Hídricos de S. Tomé e Príncipe (Nov. 2009) a sua rede hidrográfica é constituída por 223 rios e riachos com uma extensão média de 5 a 27km e cachoeiras variando entre 100 e 800m. A mesma tem uma forma radial, proveniente do centro da montanha para as áreas costeiras, distribuídas em 116 bacias hidrográficas. A abundância dos seus recursos hídricos é devido à sua alta precipitação média anual, pois geralmente chove durante todo o ano.

Não obstante a sua vulnerabilidade face aos efeitos das alterações climáticas o país ainda não apresenta uma situação clara de disputa pelo acesso ou uso de recursos hídricos entre sectores, mas a médio e longo prazo, devido ao aumento da demanda, certamente surgirão conflitos entre os diferentes usuários (água potável, irrigação, energia hidroeléctrica e necessidades ambientais de água). É por esta razão que é necessário definir as políticas e as prioridades de uso e realizar campanhas de conscientização para envolver o sector público e outros sectores socio-económicos chaves na gestão integrada dos recursos hídricos.

Por outro lado, deve existir um alinhamento forte entre a visão de desenvolvimento do país com os objectivos de desenvolvimento sustentável.

São Tomé e Príncipe faz parte do Comité Técnico da GWP-África Central, responsável pela implementação do processo de GIRH nesta região de África, em cumprimento das deliberações da Cimeira da Terra de Joanesburgo, que recomendava que os países desenvolvessem planos de implementação da GIRH como base de orientação dos seus processos internos de adoção de GIRH.

O processo da introdução do conceito da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos no país começou em Março de 2006, a partir de um workshop visando a divulgação da GIRH para os países insulares da África Central "S. Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial", evento que foi realizado em São Tomé com o apoio da Parceria Global para Água (GWP).

Desde o princípio deste processo que os principais actores na implementação da GIRH em São Tomé e Príncipe, mostraram um bom entendimento da importância da participação de todas as forças vivas da sociedade e partes interessadas em geral, mas também a necessidade de um apoio institucional desde a base para se ter sucesso e ter um efeito positivo na mudança de atitude e comportamentos face a utilização e gestão dos recursos hídricos. Pelo que a sensibilização constitui um dos pilares significativos, para além da importância de se ter um compromisso com os decisores ou órgãos de decisão para apoiar o programa GIRH.

O país junto com outros 5 países insulares do Atlântico e Índico abraçaram o programa de desenvolvimento de capacidades para a gestão integrada de recursos hídricos e águas residuais nos seus países, sob financiamento de duas agências das Nações Unidas, o PNUD e PNUA isto permitiu a execução do projecto gestão integrada dos recursos hídricos numa primeira fase com o Projecto de Demonstração na Bacia Hidrográfica do Rio Provaz no Distrito de Lembá que proporcionou algum impacto e despertou o interesse de todos em São Tomé e Príncipe.

1. INTRODUÇÃO

O sexto Objectivo de Desenvolvimento Sustentável estabelece no seu indicador ODS 6.5.1 a adopção da GIRH “Grau de Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos” com uma meta que os países devem alcançar até o ano de 2030. A nível dos Estados insulares pelas suas características tem-se ajustado as estratégias globais para adequá-las às suas especificidades, também nesta matéria.

São Tomé e Príncipe como um pequeno Estado insular é conhecido pela grande abundância dos seus recursos hídricos, mas que devido a sua grande variabilidade temporal e espacial não são suficientes ou disponíveis em todos momentos e locais onde são necessários. Pois, esta variabilidade já começa a ser sustentada pela vulnerabilidade do país aos efeitos das mudanças climáticas.

No entanto, o comprometimento com a introdução da gestão integrada de recursos hídricos em São Tomé e Príncipe equipara-se aos compromissos assumidos pelo país na altura no que diz respeito aos Objectivos de Desenvolvimento de Milénio (ODM). Neste sentido a avaliação do grau de cumprimento desses compromissos revela o grau de compromisso que o país tem em relação à agenda internacional do desenvolvimento sustentável.

Da avaliação feita no ano 2017 constatou-se que o país encontrava-se ainda num nível baixo de implementação, pois o relatório produzido e publicado deste processo indicava uma pontuação de 22,8 pontos (vinte dois, vírgula oito pontos), percentuais, o que reflectiu a necessidade da criação de mecanismos e instrumentos que possam proporcionar melhor implementação da GIRH a nível do país tendo em conta o compromisso assumido pelos Estados na "Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" e seus "Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)".

É nessa perspectiva que no âmbito do Programa de Acção de GIRH (ODS6-PA), coordenado pela Global Water Partnership (GWP), foi concebido um apoio financeiro a GWP-Caf, que através da Parceria Nacional da Água de São Tomé

e Príncipe para avaliação do indicador do ODS 6.5.1 “Grau de Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos”.

Com vista a fortalecer os diversos mecanismos que permitirão São Tomé e Príncipe de desenvolver um quadro de instrumentos para que se possa implementar a gestão integrada dos recursos hídricos á Parceria Nacional de Água de São Tomé e Príncipe-PNASTP e o Ponto Focal Nacional da GIRH pertencente a Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia (DGRNE) recrutaram um consultor nacional, para apoiar no processo de avaliação do **Indicador 6.5.1 1 “Grau Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos” do Objectivo de Desenvolvimento Sustentável**. Os trabalhos desenvolveram-se entre os meses de Outubro à Dezembro de 2019.

Tratou-se de um processo participativo a identificação de desenvolvimento de acções prioritárias para acelerar a implementação do Plano de Implementação da GIRH ao nível nacional, tomando como referência a entidade responsável pela implementação, as possíveis fontes de financiamento, mecanismos de coordenação e monitoramento, bem como o cronograma de execução, almejando quando possível, (se os recursos assim o permitirem), facilitar a implementação de pelo menos uma destas acções.

Neste sentido, após a realização do Primeiro (Iº) Workshop de Avaliação do Grau de Implementação da GIRH, realizou-se no passado dia 18 de Dezembro de 2019, no Auditório do Centro de Formação Profissional Brasil - São Tomé o Segundo (IIº) Workshop Para Revisão e Aprovação das Acções Estratégicas do Plano de Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH) Em São Tomé e Príncipe (Fonte de Financiamento, Cronograma e Mecanismo de Coordenação e Monitoramento) no Horizonte 2030.

Os trabalhos realizados foram de encontro a metodologia estipulada de modo a dar respostas aos objectivos definidos, bem como proporcionar uma apreciação geral para servir de moderação das expectativas em relação ao que se deve colocar como alcançável no quadro dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável no país. Por outro lado essa análise permitiu que fossem identificadas as melhores acções estratégicas prioritárias para evitar os constrangimentos que poderão ter contribuído para qualquer falha no cumprimento ODS 6.5.1 que o país tenha registado.

O evento contou com aproximadamente 45 participantes, representantes das diversas instituições públicas e privadas, poderes locais, ONG's e demais participantes, conforme a lista de presença que se encontra em anexo.

2. OBJECTIVO GERAL DO WORKSHOP

O objectivo principal do II workshop é de revisar e aprovar as acções estratégicas do plano de implementação da GIRH, com especial atenção a fonte de financiamento, cronograma, mecanismo de coordenação e monitoramento e actualização do questionário de avaliação do grau de implementação de GIRH em São Tomé e Príncipe.

2.1. OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar de forma detalhada o questionário de avaliação do grau de implementação de GIRH (DS 6.5.1);
- Revisar e aprovar as acções do plano de implementação da GIRH, em termos de fonte de financiamento, cronograma, mecanismo de coordenação e monitoramento;
- Promover o engajamento das instituições e partes interessadas na implementação do Indicador (ODS 6.5.1);
- Colher sugestões e orientações dos participantes para a preparação de um plano final de acções prioritárias, incluindo possível fonte de financiamento e um cronograma;
- Identificar três acções prioritárias iniciais para implementação urgente, com uma recomendação para avançar directamente na implementação.

3. RESULTADOS ESPERADOS

- Listagem das acções prioritárias, extraídas do Plano de Implementação da GIRH, bem como, sugestões de outras possíveis acções.
- Validação das acções prioritárias em conformidade com o Plano de Implementação da GIRH e definição da possível fonte de financiamento,

entidade responsável pela implementação, cronograma, mecanismo de coordenação e monitoramento.

- Relatório do II Workshop e versão final das acções estratégicas do plano de implementação da GIRH para São Tomé e Príncipe, até 2030, acompanhado do questionário do grau de implementação da GIRH devidamente aprovado.

4. PARTICIPANTES

Participaram no referido evento 45 (quarenta e cinco) individualidades, em representação das instituições e organizações convocadas. Os mesmos são pertencentes aos seguintes entidades:

- Instituições do Sector Público **(Total 33)**;
- Representação Local **(Total 9)**;
- Membros da PNASTP **(Total 1)**;
- Representação do UGPE/PNUD **(Total 1)**;
- Empresa de Água Pública **(Total 1)**.

A descrição detalhada destas entidades presentes no evento encontra-se na lista de participantes anexa ao presente relatório.

5. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

A metodologia utilizada obedeceu o cronograma das actividades desenvolvidas pelo Consultor e compreendeu duas etapas, nomeadamente:

✚ Etapa 1- Breve resumo do workshop anterior;

Consistia em fazer uma retrospectiva dos trabalhos preliminares, ou seja os previamente realizados pelo consultor e sua equipa com o acompanhamento do Ponto Focal da GIRH e uma breve descrição do workshop de consulta que gerou o trabalho de grupo, num processo participativo e de recolha de sugestões e recomendações para a conclusão do processo de avaliação do ODS 6.5.1;

✚ Etapa 2 - Realização do II Workshop;

Esta etapa consistia na realização do workshop para revisão e aprovação das acções estratégicas do Plano de Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH) em STP no horizonte 2030.

✚ Etapa 3- Elaboração do relatório do evento;

Compilação de todas as informações, com maior incidência para aquelas que foram realizadas no workshop de validação das acções estratégicas para a implementação da GIRH.

6. DESENVOLVIMENTO

6.1. AÇÕES PRELIMINARES

Para o cumprimento do previsto, foram realizados, alguns encontros de contactos com o Secretário Executivo da PNA-STP-Carlos Gomes a Presidente da Parceria Nacional da Água – Valdemira Tavares e com o Ponto Focal da GIRH da DGRNE- Chicher Diogo, bem como a Presidente Regional da Global Water Partnership – Lúcia Barros de modo a planificar melhor a data da realização do workshop. Após isso fez-se a compilação de todas as informações saídas do I workshop de modo a serem disponibilizadas aos participantes do II workshop de revisão e aprovação das acções estratégicas para a implementação da GIRH em São Tomé e Príncipe. No documento, **(tabela anexo 5)** descreve-se as acções prioritárias definidas pelos grupos de trabalho.

Das acções preliminares destacam-se ainda os encontros que foram realizados em diversos sectores com o objectivo de recolher as informações pertinentes para a avaliação do grau de implementação da GIRH, a designada consulta às partes interessadas, aspectos que foram bem descritos no relatório do I Workshop. Nesta consulta, confirmaram e actualizaram-se as principais questões relacionadas com uso sustentável e desenvolvimento de recursos hídricos em São Tomé e Príncipe, em particular os pontos críticos ou seja os mecanismos de coordenação, estrangulamentos e lacunas para a implementação da GIRH no país.



Imagem A: Encontro na Direcção do Planeamento do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

Imagem B: Encontro na Direcção da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural.



Imagem C: Encontro no Instituto Nacional de Igualdade e Equidade de Género do Ministério dos Assuntos Parlamentares e Presidência do Conselho de Ministros.

Imagem D: Encontro na Direcção das Florestas e da Biodiversidade do Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural.

Cabe realçar que estes encontros foram realizados em vários sectores, instituições e individualidades de modo a tornar mais viável esta avaliação, num processo participativo com a intervenção dos diferentes actores em matéria dos recursos hídricos, bem como da interligação dos ODS, tendo em conta os múltiplos usos dos recursos hídricos, nomeadamente: Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia; Direcção Geral do Ambiente; Direcção do Planeamento; Direcção do Orçamento; Direcção da Descentralização; Direcção de Água da Empresa de Água e Electricidade; Instituto Nacional de Estatística; Instituto Nacional de Meteorologia; Gabinete de Justiça e Direitos Humanos;

Instituto de Promoção da Igualdade e Equidade Género; Direcção dos Cuidados de Saúde; Camara Distrital de Água Grande; Camara Distrital de Caué; Camara Distrital de Lobata; Camara Distrital de Lembá; Camara Distrital de Mé-Zóchi; Camara Distrital Cantagalo; Direcção de Florestas e da Biodiversidade; Direcção da Agricultura, e Desenvolvimento Rural Gabinete de Estudos, Planemanto e Empresas Públicas; Projecto Produção de Energia Hidroeléctrica de Forma Sustentável e Resiliente ao Clima através de uma Abordagem que integra a Gestão de Terras e Florestas; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; e algumas individualidades: Presidente Regional da Global Water Partnership; Ponto Focal da GIRH, Ponto Focal do GEF e o Ponto Focal do Fundo Verde em São Tomé e Príncipe

Por outro lado, o I Workshop de Avaliação do Grau de Implementação da GIRH ODS 6.5.1 e identificação das acções estratégicas prioritárias, realizado no dia 27 de Novembro de 2019, permitiu o engajamento e a consolidação das discussões com as partes interessadas, bem como o cruzar das contribuições sectoriais recolhidas nos encontros realizados. De salientar que o referido workshop foi facilitado pelo **consultor - Edchilson Cravid**, contratado para apoiar na revisão e identificação das acções prioritárias de acordo ao plano de implementação da GIRH e avaliar o grau de implementação da GIRH em São Tomé e Príncipe no horizonte 2030.



Imagem E: Foto de Família do I Workshop de Avaliação do Grau de Implementação do ODS 6.5.1. Sala de Conferências Sérgio Vieira de Melo.

Imagem F: Apresentação dos Objectivos do Workshop. Sala de Conferências Sérgio Vieira de Melo.

O compromisso com a introdução da gestão integrada de recursos hídricos em São Tomé e Príncipe equipara-se aos compromissos assumidos pelo país na altura no que diz respeito aos Objectivos de Desenvolvimento de Milénio (ODM). Neste sentido a avaliação do grau de cumprimento desses compromissos revela o grau do engajamento do país em relação à agenda internacional do desenvolvimento sustentável.



Imagem G: Trabalho do grupo nº4 na identificação das acções prioritárias. Sala de Conferências Sérgio Vieira de Melo.

Imagem H: Trabalho do grupo nº3 na identificação das acções prioritárias. Sala de Conferências Sérgio Vieira de Melo.

6.2. ACÇÕES DESENVOLVIDAS DURANTE O WORKSHOP

6.2.1. CERIMÓNIA DE ABERTURA

Na sessão de abertura, a mesa estava constituída por três integrantes, sendo a Presidente da Parceria Nacional da Água – Valdemira Tavares, o Ponto Focal da GIRH da Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia (DGRNE) - Chicher Diogo e pelo Consultor Nacional – Edchilson Cravid.

Esta cerimónia de abertura foi caracterizada por duas intervenções, sendo a Introdução (breves palavras) feita pelo Ponto Focal da GIRH em São Tomé e Príncipe, Chicher Diogo - Director de Água na DGRNE e por último o discurso de abertura do workshop de Revisão e Aprovação das Acções Estratégicas do Plano de Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH) Em São Tomé e Príncipe (Financiamento, Cronograma e Mecanismo de Coordenação e Monitoramento) no Horizonte 2030 que foi proferido pela Presidente da PNASTP- Valdemira Tavares.

Segundo o Ponto Focal da GIRH, os trabalhos realizados permitiram fazer uma avaliação do grau de implementação da GIRH no país. Considerou que de acordo algumas acções que foram realizadas São Tomé e Príncipe, aumentou um pouco o grau de implementação da GIRH, contudo torna-se necessário desenvolver mais acções e que sejam devidamente implementadas de modo a atingir os objectivos preconizados. Entretanto, para isso devem existir meios financeiros e materiais assim como recursos humanos capacitados na área para atender as necessidades, visando assim o cumprimento, ou seja a implementação do Objectivo 6.5.1 da Agenda 2030.

No final do seu discurso apelou á todos os presentes de forma participativa a contribuírem activamente nos trabalhos previstos para a validação das acções estratégicas prioritárias.

Esta sessão foi ainda caracterizada, pelo discurso de abertura oficial feito pela Presidente da Parceria Nacional da Água (PNASTP), que na sua explanação deu as boas vindas aos participantes. Falou dos engajamentos da GWP para a ajudar os países na implementação da Agenda 2030, efectuando de igual forma a análise dos graus de implementação da mesma, reconheceu que o caminho se faz caminhando, pois aos poucos o país tem vindo a desenvolver algumas acções que visam o cumprimento das metas dos ODS. Enfatizou o seu discurso dizendo que torna-se necessário um maior engajamento das autoridades nacionais e o envolvimento dos diferentes parceiros de modo a apoiar o país na materialização das acções que forem identificadas. Apelou aos presentes para a participação activa dos trabalhos que visavam contribuir para a validação das acções prioritárias, possíveis fonte de financiamento, bem como o horizonte temporal de execução das mesmas, contribuindo assim para a boa avaliação e implementação do Indicador do Objectivo de Desenvolvimento Sustentável - 6.5.1 “Grau de Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos” e no final declarou aberto o Workshop.

Logo após isso, fez-se a foto família (ver figura nº.1), em seguida a intervenção do consultor que explicou os objectivos do workshop, numa abordagem sobre os ODS e a relevância do exercício de revisão e aprovação das acções do plano de implementação da GIRH, no país.

6.2.2. APRESENTAÇÃO DAS ACÇÕES DESENVOLVIDAS NO II WORKSHOP

Nesta sessão o consultor, fez uma breve apresentação sobre os trabalhos realizados previamente, uma abordagem sobre o conceito dos ODS e o ODS 6.5.1 “ Grau de Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos”, e sobre a necessidade de São Tomé e Príncipe como país insular de fazer a avaliação da implementação deste indicador.

Posto isto, o consultor fez a apresentação detalhada de todas as acções prioritárias identificadas pelos grupos de trabalhos durante o I workshop. De seguida o mesmo explicou a metodologia dos exercícios para a realização dos trabalhos de aprovação e validação do documento, que consistia em pegar na matriz sugerida no plano de implementação da GIRH, já preenchidas inicialmente pelos grupos no primeiro encontro, e identificar quais destas acções são consideradas prioridade número 1, 2, 3 e 4, quais os resultados esperados, o tempo de execução, a instituição responsável, possível fonte de financiamento, bem como o mecanismo de coordenação e monitoramento.

Num processo muito participativo, carregado de várias intervenções, onde os participantes colocavam as suas sugestões para a validação das prioridades das acções estratégicas, tendo em conta a meta estipulada para o cumprimento dos ODS, fez-se a edificação das acções, bem como o preenchimento dos resultados esperados, entidade responsável pela implementação, cronograma de execução, mecanismo de coordenação e monitoramento e a possível fonte de financiamento para cada uma das acções que foram identificadas (ver tabela anexo 5).

A segunda tarefa realizada por todos os participantes ainda neste evento foi de analisar e validar a matriz de questionário, a mesma que foi utilizada em 2017, actualizada pelo consultor e o ponto focal da GIRH, com base nas informações recolhidas sectorialmente e pelos dados disponibilizados pela Direcção de Água da Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia.

Esta acção tinha como finalidade verificar se a pontuação em relação aos quatro eixos identificados nesta matriz, nomeadamente: **a)Ambiente Favorável;**

b) Instituições e Participações; c) Instrumentos de Gestão e d) Financiamento, se havia aumentado ou diminuído em relação aos resultados obtidos na avaliação que tinha sido realizada em 2017, pela Global Water Partnership, através da Parceria Nacional da Água de São Tomé e Príncipe.

Foram preenchidas as pontuações das questões e as respectivas justificações no caso das pontuadas e atribuiu-se não se aplica (N/A) para aquelas questões que não se enquadravam com as características do país (**ver tabela anexo 5**).

7. CONCLUSÕES

- Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável foram construídos com o sucesso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, incluindo novos temas, como a mudança global do clima, desigualdade económica, inovação, consumo sustentável, paz e justiça, entre outras prioridades.
- A Gestão Integrada de Recursos Hídricos é uma ferramenta que contribui para a persecução desses grandes objectivos do plano de desenvolvimento de forma global e em particular para São Tomé e Príncipe.
- Os recursos hídricos, são fundamentais para as necessidades básicas humanas, e são indispensáveis para os sectores económicos-chave e apoia os ecossistemas vitais, portanto, devem ser geridos de forma holística e integrada.
- Com base na definição da GWP, a GIRH deve identificar as mudanças necessárias que levem à gestão de recursos hídricos de forma economicamente eficiente, equitativa e ambientalmente sustentável.
- Com base nos trabalhos realizados, das diversas discussões e contribuições surgidas num ambiente dinâmico e participativo, no workshop obteve-se a identificação das acções prioritárias, bem como outros aspectos que contribuíram para a versão final do documento

actualização das acções em conformidade com o Plano de Implementação da GIRH no horizonte 2030.

- Relativamente as acções realizadas pelo país, grande parte dela vai de encontro com a GIRH e o cumprimento do OD6.
- Um dos grandes passos foi a aprovação da Lei-quadro dos Recursos Hídricos 7/2018 (publicada no Diário da República nº55 de 02 de maio) que esta baseada na GIRH, onde já foram criados os regulamentos para a sua implementação.
- O país pretende desenvolver políticas descentralizadas, mas ainda não estão criados os mecanismos para o efeito.
- Há toda uma necessidade da criação a nível nacional de uma plataforma de recolha e tratamento de dados liderada pelo Instituto Nacional de Estatística.
- Necessidade de estabelecimento de um quadro institucional de coordenação tendo em consideração o papel do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades e o do Planeamento, Finanças e Economia Azul.
- Com relação ao aspecto género, a Constituição da República de São Tomé e Príncipe não prevê a discriminação entre géneros, contudo a Estratégia Nacional de Género recentemente actualizada, não especifica as questões de Água e Saneamento.
- O reforço das capacidades humanas e institucionais, é ainda pontual e reduzido porque são efectuados a curto prazo e de forma sectorial.
- O país ainda não dispõe de estudos de aproveitamento e acompanhamento das águas subterrâneas.
- Considerando as limitações financeiras existentes no país e a dependência externa o orçamento é parcialmente alocado para financiar as actividades do sector de gestão de recursos hídricos.

- As acções prioritárias e estratégicas para a implementação da GIRH no horizonte 2030 foram aprovadas pelos participantes neste workshop e constituem um instrumento de vital importância para o país no cumprimento do ODS 6.5.1.

Relativamente as acções prioritárias, neste processo de avaliação conclui-se que as acções que foram identificadas como prioridade 1, são as mais prioritárias sendo que, dentre elas as três mais prioritárias ou sejam a serem implementadas com a maior brevidade possível são:

- **AE 4.1 – Implementação da Lei -Quadro dos Recursos Hídricos e Estabelecimento de um Quadro Institucional de Coordenação tendo em consideração o papel do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Planeamento.**
- **AE 1.1- Actualização do Plano Director e a Estratégia Participativa de Água e Saneamento, incluindo a questão de Género.**
- **AE 2.5- Elaboração de Estudos e Implementação de Programas de Abastecimento de Água Potável nas Zonas Rurais.**

7.1. AVALIAÇÃO DOS QUATRO EIXOS OU SECÇÃO DA MATRIZ DE PONTUAÇÃO DO GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NO HORIZONTE 2030.

Com base nos trabalhos, das diversas discussões e contribuições surgidas num ambiente dinâmico e participativo, obteve-se por eixo as seguintes conclusões:

Eixo/Secção 1: Ambiente favorável

- ✓ Existe uma política sobre os recursos hídricos, que esta identificada na Estratégia Participativa de Água e Saneamento, documento orientador das políticas do Sector da Água elaborado em 2008 e aprovado em 2012, baseado na GIRH que esta sendo revisto para actualização no quadro do 11º FED;
- No âmbito da legislação, existe a Lei-quadro dos Recursos Hídricos 7/2018 (publicada no Diário da República nº55 de 02 de maio) que esta

baseada na GIRH, onde já foram criados os regulamentos para a sua implementação;

- ✓ Em termos de planos o país possui o Plano Director de Água e Saneamento, elaborado em 1996 que sofreu actualização em 2010, igualmente o Plano de Implementação da GIRH (Julho de 2017), validado em atelier e aguarda aprovação do Governo;
- ✓ O país pretende desenvolver políticas descentralizadas, mas ainda não estão criados os mecanismos para o efeito; porém existe a nível do Poder Local (Lei de revisão da Lei- Quadro das Autarquias- Lei 10/2005, publicada no Diário da República nº33 de 15 de Novembro), que estabelece no seu artigo 44º as competências das câmaras distritais em matéria da água.

Para este eixo obteve-se uma média de 44 pts.

Eixo/Secção 2: Instituições e Participação

- ✓ Quanto as atribuições das diversas instituições governamentais, as mesmas apresentam atribuições mas que não estão devidamente clarificadas;
- ✓ A participação de todos os intervenientes de forma activa, responde um dos princípios da GIRH;
- ✓ A concertação e a coordenação entre os diferentes actores envolvidos no sector da água são pilares chaves para que se garanta a boa gestão dos recursos hídricos;
- ✓ Com relação ao aspecto género, a Constituição da República de São Tomé e Príncipe (Lei 1/2003) não prevê a discriminação entre géneros, contudo na regulamentação da nova Lei da Lei-quadro dos Recursos Hídricos já prevê a integração do contexto género;
- ✓ Imprescindivelmente se torna a elaboração de uma estratégia de género para as questões de Água e Saneamento;

- ✓ Atendendo a relevância do sector há uma necessidade de um maior envolvimento e engajamento da sociedade civil nas questões ambientais;
- ✓ É necessário um reforço das capacidades humanas e institucionais, atendendo que a realização das mesmas são pontuais e reduzidas porque são efectuadas a curto prazo e de forma sectorial.

Para este eixo obteve-se uma média de 31.1pts.

Eixo/Secção 3: Instrumentos de Gestão

- ✓ Criação de uma plataforma institucional ao nível nacional de recolha, tratamento e partilha de informações e de dados no domínio da GIRH liderada pelo Instituto Nacional de Estatística;
- ✓ O Mecanismo de Comunicação Interinstitucional é um factor fundamental e promove a garantia do princípio de partilha e acesso a informação consagrada na legislação nacional;
- ✓ Fraca definição clara de responsabilidades das instituições no sector no domínio da água;
- ✓ Actualmente não existem estudos de aproveitamento e acompanhamento das águas subterrâneas isto porque nunca se elaborou nenhum estudo dos aquíferos, embora exista acompanhamento das águas superficiais;
- ✓ Não existem projectos de implementação ao longo prazo principalmente na vertente dos aquíferos por falta de meios financeiros, técnicos e materiais;
- ✓ Existem alguns instrumentos de gestão mas que não estão sendo implementados;
- ✓ Algumas ferramentas de gestão são implementadas sobretudo a longo prazo, mas cobertura ainda são limitadas em áreas de risco;
- ✓ Inexistência de estratégias ou planos para a gestão de bacias ao nível nacional, mas existem estratégias locais como é o caso do Plano de

Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Provaz, contudo não existe no país nenhum plano nacional sobre a gestão de bacias hidrográficas.

Para este eixo obteve-se uma média de 30 pts.

Eixo/Secção 4: Financiamento

- ✓ Necessidade de reforço das capacidades institucionais e financeiras em matéria da GIRH;
- ✓ Atendendo a dependência externa do país o orçamento é parcialmente alocado;
- ✓ Considerando as limitações financeiras, o processo de GIRH que remonta desde 2008, tem deparado com dificuldades de implementação ao nível do país;
- ✓ Os investimentos do país ao nível dos recursos hídricos provêm maioritariamente do Orçamento Geral do Estado com excepção de alguns projectos específicos do Governo Regional e das Autarquias;
- ✓ Por não existir uma regulamentação que proporcione a cobrança de taxas pelos usuários da bacia hidrográfica actualmente não se efectua cobranças;
- ✓ Fraco poder de financiar as actividades do sector dos recursos hídricos.

Para este eixo obteve-se uma média de 20 pts.

A Pontuação do indicador 6.5.1 é a média das notas em cada eixo ou secção. Avaliação feita em 2019.

Eixo/Secção	Classificação média
Eixo/Secção 1 Ambiente Favorável	44%
Eixo/Secção 2 Instituições e	31.1%
Eixo/Secção 3 Instrumentos de Gestão	30%
Eixo/Secção 4 Financiamento	20%
Classificação do indicador 6.5.1	31.3 %
= Grau de implementação da GIRH	

A Pontuação do indicador 6.5.1 feita em 2017.

Eixo/Secção	Classificação média
Eixo/Secção 1 Ambiente Favorável	24%
Eixo/Secção 2 Instituições e	22.2%
Eixo/Secção 3 Instrumentos de Gestão	25%
Eixo/Secção 4 Financiamento	20%
Classificação do indicador 6.5.1	22.8 %
= Grau de implementação da GIRH	

Verificou-se que uma alteração em termos de pontuação ou seja de 22.8% á 31.3% devido as acções que foram desenvolvidas após o período da primeira avaliação, nomeadamente:

A aprovação da Lei-Quadro dos Recursos Hídricos, Criação de novos Comités de Bacias Hidrográficas, Acções de formação e capacitação dos comités de Bacias Hidrográficas, algumas acções de divulgação da Lei-Quadro dos Recursos Hídricos, realização de acções de formação e sensibilização ao nível do país, campanhas de promoção e conscientização sobre qualidade da água e educação, realizadas pela Direcção de Água e pela Parceria Nacional da Água. Alguns indicadores também foram atualizados no quadro do apoio da União Europeia.

8. RECOMENDAÇÕES

- ✚ Que sejam viabilizados meios financeiros e materiais para as acções estratégicas e prioritárias para a Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos em STP.
- ✚ Torna-se necessário a criação de mecanismos e instrumentos que possam proporcionar melhor implementação da GIRH a nível do país tendo em conta o ODS 6.5.
- ✚ Deve haver um maior engajamento por parte dos decisores políticos para as questões dos recursos hídricos.

- ✚ Que haja maior sinergia, comunicação, formação, sensibilização e apropriação pois também constituem elementos fundamentais para atingir-se os objectivos preconizados.
- ✚ São Tomé e Príncipe deverá continuar a ter água suficiente para suprir às suas demandas, contudo o país deve introduzir medidas para garantir a manutenção de boa qualidade da água para todos os usuários através de um sistema eficiente de gestão, organização institucional e legal.
- ✚ Assegura a participação de todas as partes interessadas em matéria dos recursos hídricos.
- ✚ Promover mais estudos e planos de bacias hidrográficas, com vista a fazer uma melhor gestão dos recursos disponíveis nestas.
- ✚ Assegurar alocações de água adequadas aos sectores económicos que são de importância estratégica para o país ou contribuem para a diversificação económica sustentada.
- ✚ Melhorar as infraestruturas de captação e distribuição de água de modo a evitar as perdas físicas significativas.
- ✚ Estabelecer taxas a serem cobradas aos utilizadores dos fontanários públicos e lavandarias.
- ✚ Introduzir algumas medidas para mostrar o valor económico da água, bem como reabilitar as infra-estruturas envelhecidas de modo a reduzir as perdas significativas no sistema.
- ✚ Apostar mais na capacitação dos quadros técnicos das diferentes instituições em matéria da GIRH.
- ✚ Alinhar os planos nacionais para o cumprimento dos ODS.
- ✚ Promover o engajamento do Governo para adopção de medidas que visam fortalecer o sector dos recursos hídricos.
- ✚ Aumentar a segurança pela água.
- ✚ Promover uma maior integração das preocupações com os recursos hídricos e GIRH nas políticas e estratégias de crescimento e diversificação económica, bem como no planeamento do uso da terra e do desenvolvimento a nível nacional e distrital.
- ✚ Estabelecer de forma mais clara a estrutura do CBHs para incluir mais partes interessadas primárias, bem como académicos e representantes das ONGs como membros.

- ✚ Incorporação da GIRH em programas de formação relevantes em São Tomé e Príncipe.
- ✚ Promover melhor o conhecimento e a compreensão da GIRH entre as partes interessadas.
- ✚ Melhorar o acesso e a partilha de informações sobre a GIRH, incluindo a Gestão da Demanda de Água (GDA).
- ✚ Assegurar o financiamento para o sector dos recursos hídricos, com maior atenção às acções prioritárias para o cumprimento do ODS 6.5.1.
- ✚ Criar mecanismos de angariação de fundos ligados as questões ambientais para atender as necessidades do sector dos recursos hídricos.

São Tomé, 10 de Janeiro de 2020.

Elaborado por:

Edchilson Cravid

ANEXOS

Anexo 1- Tabela das instituições presentes no Workshop

Participantes	Instituições Públicas	Sigla	Ministério
9	Camaras Distritais	CD	MPFEA
2	Direcção dos Cuidados de Saúde	DCS	MS
2	Direcção de Descentralização, Assessoria e Apoio as Autarquias	DDAAA	MPFEA
2	Direcção Geral do Ambiente	DGA	MOPIRNA
8	Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia	DGRNE	MOPIRNA
3	Direcção de Planeamento	DP	MPFEA
1	Direcção de Florestas e Biodiversidade	DFB	MAPDR
2	Direcção de Agricultura e Desenvolvimento Rural	DADR	MAPDR

2	Direcção do Orçamento	DO	MPFEA
1	Empresa de Água e Electricidade	EMAE	MOPIRNA
1	Gabinete de Estudo Planeamento e Empresas Públicas	GEPEP	MOPIRNA
3	Instituto Nacional de Meteorologia	INM	MOPIRNA
1	Instituto de Inovação e Conhecimento	INIC	MAPPCM
2	Instituto Nacional de Promoção de Igualdade e Equidade de Género	INPG	MAPPCM
1	Ministério da Justiça Administração Pública e Direitos Humanos	MJAPDH	MJAPDH
2	Televisão São-tomense	TVS	MPCMAP

Anexo 2 - Tabela das organizações presentes no Workshop

Participantes	Organizações	Siglas
1	Parceria Nacional de Água de São Tomé e Príncipe	PNA-STP
1	Global Water Partnership	GWP
1	Unidade de Gestão do Projecto Energia/ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	UGPE/PNUD

Anexo 3 - Fotos



Figura 1: Foto de família



Figura 2: Cerimónia de abertura



Figura 3: Apresentação do Consultor



Figura 4: Sessão do preenchimento da matriz



Figura 5: Participantes no evento



Figura 6: Participantes no evento

Anexo 4- Lista de Participantes

Anexo 5 – Programa do workshop e Tabelas actualizadas

Anexo 6 – Reportagem do evento

IWRM Action Plan

#	Title of action	Weighted Principle on Indicator match	Level	Short Survey Questions	Related SDGs
1	Resources available for IWRM strategic and priority action implementation.	SUSTAINABLE FINANCING	National	4.1a. National budget for infrastructure	6.5 Integrated water resources management & transboundary cooperation
2	Mechanisms/Instruments to support implementation of IWRM at country level.	ENABLING ENVIRONMENT	National	1.1c. National IWRM plans	6.5 Integrated water resources management & transboundary cooperation
3	Increase policy makers engagement on water resource issues.	ENABLING ENVIRONMENT	National	1.1a. National policy	6. Clean water and sanitation
4	Ensure the maintenance of good water quality for all users through efficient management.	MANAGEMENT INSTRUMENTS	National	3.1a. Water availability monitoring	6.3 Water quality, treatment, safe reuse, 6.4 Water efficiency
5	Promote further studies and river basin plans.	ENABLING ENVIRONMENT	Sub-national	1.2b. Basin/aquifer management plans	6.5 Integrated water resources management & transboundary cooperation
6	Improve water supply and distribution infrastructures.	MANAGEMENT INSTRUMENTS	National	3.1b. Sustainable, efficient use management	6.4 Water efficiency, 6.A WASH cooperation and capacity building
7	Establish public standpipes fees.	SUSTAINABLE FINANCING	Sub-national	4.2b. Revenues raised for IWRM elements	6.5 Integrated water resources management & transboundary cooperation

8	Measures for economic value of water. Rehabilitate infrastructures to reduce system losses.	SUSTAINABLE FINANCING	National	4.1a. National budget for infrastructure	6.4 Water efficiency, 6.5 Integrated water resources management & transboundary cooperation
9	Train technical staff on IWRM.	INSTITUTIONS & PARTICIPATION	National	2.1e. Developing IWRM capacity	6.5 Integrated water resources management & transboundary cooperation
10	Alignment of National plans with SDGs.	ENABLING ENVIRONMENT	National	1.1c. National IWRM plans	6.5 Integrated water resources management & transboundary cooperation
11	Government engagement in strengthening water sector.	INSTITUTIONS & PARTICIPATION	National	2.1a. National institutions	6.A WASH cooperation and capacity building
12	Increase water security.	MANAGEMENT INSTRUMENTS	National	3.1a. Water availability monitoring	6. Clean water and sanitation, 16. Peace, justice and strong institutions
13	Promote integration of IWRM in policies and strategies of different sectors, across all levels.	ENABLING ENVIRONMENT	National	1.1a. National policy	6.5 Integrated water resources management & transboundary cooperation, 6.B WASH local participation
14	Include IWRM in training programs.	INSTITUTIONS & PARTICIPATION	National	2.1e. Developing IWRM capacity	6.5 Integrated water resources management & transboundary cooperation
15	Promote stakeholder knowledge of IWRM.	INSTITUTIONS & PARTICIPATION	National	2.1e. Developing IWRM capacity	6.5 Integrated water resources management & transboundary cooperation, 17. Partnerships for the goals
16	Improve information access on IWRM, including WDM.	MANAGEMENT INSTRUMENTS	Sub-national	3.2c. Data sharing (in country)	6.5 Integrated water resources management & transboundary cooperation
17	Ensure funding for the water sector.	SUSTAINABLE FINANCING	Sub-national	4.2b. Revenues raised for IWRM elements	6.5 Integrated water resources management & transboundary cooperation

18	Fundraising mechanisms to support water sector.	SUSTAINABLE FINANCING	Sub-national	4.2b. Revenues raised for IWRM elements	6.5 Integrated water resources management & transboundary cooperation
19	Create more synergy, communication, training, awareness and ownership	INSTITUTIONS & PARTICIPATION	National	2.1b. Cross-sectors coordination	17. Partnerships for the goals
20	Ensure the participation of all stakeholders in water resources management	INSTITUTIONS & PARTICIPATION	National	2.1c. Public participation - national	17. Partnerships for the goals
21	Guarantee adequate water allocations to strategic economic sectors for the country or contribute to sustained economic diversification.	MANAGEMENT INSTRUMENTS	National	3.1b. Sustainable, efficient use management	12. Responsible consumption and production
22	Establish the structure of Basin Committees to include key stakeholders, as well as scholars and NGOs representatives	INSTITUTIONS & PARTICIPATION	National	2.1c. Public participation - national	17. Partnerships for the goals